



CAMINHOS
E SOLUÇÕES
PRELIMINARES
PARA SÃO JOSÉ
DOS CAMPOS

Plano de Governo

PROFESSOR WILSON CABRAL | 2024



Para **resolver** os desafios de hoje e **planejar** a cidade que desejamos para bem viver, vamos idealizar propostas com a participação da população joseense e a visão de especialistas.

Este plano contempla 12 áreas e estará em desenvolvimento durante as primeiras semanas da Campanha Eleitoral 2024. Neste período serão incorporadas demandas da sociedade e integralizado o Plano de Governo, em caráter definitivo.

- ✓ **Meio Ambiente, Sustentabilidade e Crise Climática**
- ✓ **Ciência, Tecnologia e Inovação**
- ✓ **Educação Integral e Inclusiva**
- ✓ **Saúde, Previdência e Bem Viver**
- ✓ **Mobilidade Sustentável**
- ✓ **Habitação e Política Fundiária**
- ✓ **Política Econômica e Desenvolvimento**
- ✓ **Diversidade, Direitos Humanos e Movimentos Sociais**
- ✓ **Agroecologia e Segurança Alimentar**
- ✓ **Governança, Cidadania e Segurança Pública**
- ✓ **Mobilidade Sustentável**
- ✓ **Cultura e Turismo**
- ✓ **Esporte e Lazer**

Neste documento são apresentadas as propostas para 6 das 12 áreas, consideradas fundamentais para a estrutura de planejamento.



CAMINHOS
E SOLUÇÕES
PRELIMINARES
PARA SÃO JOSÉ
DOS CAMPOS

CADERNO 01 DE 06

Meio Ambiente, Sustentabilidade e Crise Climática

PROFESSOR WILSON CABRAL | 2024

PLANO SANJA 2030

MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E CRISE CLIMÁTICA

WWW.WILSONCABRAL.INFO

[@WILSONCABRAL_PROF](#)



Para **resolver** os desafios de hoje e **planejar** a cidade que desejamos para bem viver, vamos idealizar propostas com a participação da população joseense e a visão de especialistas.

Diagnóstico

São José dos Campos tem privilégios geográficos e naturais. Nossas terras abraçam a Serra da Mantiqueira e se estendem nos domínios da Mata Atlântica até os banhados do Vale do Paraíba do Sul.

Estamos inseridos numa trama muito rica de águas superficiais e subterrâneas, com um grande rio, o Paraíba do Sul, que circunda a cidade, além de afluentes importantes nas margens direita e esquerda. Um de seus distritos, São Francisco Xavier, é cercado de trechos ainda exuberantes de florestas de altitude e é berço de nascentes que alimentam o Vale. Parte importante desta riqueza natural recebe proteção parcial a partir da Área de Proteção Ambiental de São Francisco Xavier (APA SFX), uma unidade de conservação de uso sustentável sob gestão do Estado de SP. Outras áreas protegidas se sobrepõe às várzeas do Paraíba do Sul: a Área de Proteção Ambiental do Banhado (APA Banhado), também estadual, e o Parque Natural Municipal do Banhado.

Há também uma porção importante de vegetação de campos de Cerrado – daí vem o nome do município “dos campos” – já bastante ameaçada por ser uma área inserida no meio urbano. Localizados na parte sul do município, estes remanescentes de Cerrado ainda conservam biodiversidade e até espécies de flora ameaçadas de extinção. Sobre esta região há uma unidade de conservação federal, a Área de Proteção Ambiental Mananciais do Paraíba do Sul.

Toda esta riqueza natural está sob constante ameaça no município. Muitos de seus cursos d’água foram retificados, descaracterizados, encobertos e alguns passaram receber lançamentos de esgoto da cidade. A última versão do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação dos Solos (o zoneamento municipal), promulgada em 2019, suprimiu 1018 hectares de Zonas de Proteção Ambiental que protegiam parte

do Cerrado e de áreas de recarga de aquífero, transformando-as em áreas de novos empreendimentos imobiliários e zona industrial. A cidade tem perdido áreas verdes e maciços arbóreos (pequenos bosques) para a expansão imobiliária e não há nenhum movimento da gestão municipal para resguardar estas áreas e bosques, que são tão necessárias para a adaptação à crise climática que já nos afeta. A arborização urbana é outro elemento que merece especial atenção. O Plano de Arborização do município é de 2016 e suas metas estão muito aquém de serem cumpridas. Embora haja bairros bem arborizados, há outros com déficit de árvores e estas são fundamentais nos planos de adaptação.

As águas subterrâneas, cujo manancial no município está em declínio, suprem cerca de 25% do abastecimento doméstico da cidade. Outros 75% vêm do rio Paraíba do Sul. As atividades de Abastecimento Doméstico e Coleta e Tratamento de Esgoto são realizadas pela SABESP, por meio de contrato de concessão recentemente prorrogado por mais 30 anos. Pelas contas da SABESP, o município está perto de atingir a universalização do saneamento, no entanto, há diversos bairros não regularizados, com atendimento precário. Outro eixo do saneamento básico, a drenagem urbana é ponto de atenção em São José dos Campos. O Plano de Macrodrenagem em vigor foi elaborado em 2021 e, a despeito dos pedidos junto ao Conselho Municipal de Saneamento Básico, o trabalho não contemplou cenários de mudanças do clima. O plano identificou diversas áreas de risco e estas seriam muito mais extensas caso as projeções de aumento da frequência de eventos extremos tivessem sido consideradas. Há vários pontos de alagamento recorrente sob de chuvas de média intensidade.

A gestão dos resíduos sólidos também é crítica no município, o qual foi uma referência nos anos 1980-90 em função dos esforços para a compostagem dos resíduos orgânicos e da introdução da coleta seletiva, em caráter pioneiro no país. No entanto, a compostagem foi

abandonada na década seguinte e a coleta seletiva, que havia avançado até atingir a quase totalidade da área urbana no município, passou por estagnação a partir de 2010 e hoje tem um baixíssimo índice de eficiência. O aterro sanitário atingiu um nível operacional satisfatório, segundo a CETESB. Desde 2008 a produção de chorume é monitorada e o gás metano é queimado, para redução de emissões. Uma central de biogás deveria ter entrado em operação para geração elétrica (havia sugestão de que o fosse utilizado para abastecimento veicular em substituição ao diesel e gasolina, alternativa mais eficiente e que foi desconsiderada pelo poder público), mas até o momento não há registro do início desta atividade.

São José dos Campos, que outrora foi procurada para tratamento de tuberculose por seus ares de maior qualidade, passou à industrialização e está na rota de uma das vias de maior tráfego rodoviário do país, a rodovia Dutra. Com emissões constantes de poluentes, tanto do meio industrial, como a REVAP, quanto dos milhares de veículos que cruzam a cidade diariamente, somadas às emissões de queimadas, frequentes no período mais seco do ano, a qualidade do ar no município é ruim, se considerarmos os padrões recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Em vários dias do ano, temos ultrapassagem destes padrões para material particulado, óxidos de nitrogênio e ozônio. Tais emissões afetam a saúde da população e temos uma grande quantidade de internações hospitalares associadas à poluição do ar. No entanto, estes dados têm sido menosprezados no planejamento municipal e não há políticas públicas municipais para enfrentar este problema. O monitoramento da qualidade do ar, realizado pela CETESB em apenas 2 pontos no município, não é suficiente para mensurar a real situação. Por outro lado, novas fontes de emissão de poluentes foram recentemente permitidas a partir da alteração da Lei Orgânica, que proibia a instalação de usinas termelétricas no município. Um projeto da Prefeitura, com apoio da Câmara, resultou em Lei Complementar

que permite tais usinas, as quais podem comprometer ainda mais a qualidade do ar na cidade.

São José dos Campos, apesar de seu potencial, NÃO é uma cidade Sustentável e tampouco Resiliente.

Para ativar este potencial e tornar a cidade Sustentável e Resiliente, propomos inicialmente alguns **PRINCÍPIOS**:

- ✓ A ciência e o conhecimento são base para a tomada de decisões.
- ✓ O foco das políticas públicas, instrumentos e programas deve estar na qualidade de vida e bem viver, para toda a população de São José dos Campos.
- ✓ Alinhamento sistemático com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU, buscando a atuação integrada dentre os 17 ODS.
- ✓ Restauração ecológica, renaturalização de ambientes e soluções baseadas na natureza são conceitos a serem considerados para aumento da resiliência, com sinergia para a qualidade de vida.
- ✓ Economia Verde é uma referência importante para o desenvolvimento, geração de empregos, oportunidades e inovação.
- ✓ Em todas as áreas, as metas devem ser progressivas e substanciais, de forma a conquistarmos avanços relevantes em cada tema, ano após ano.
- ✓ Para além de novos parques naturais,

Sanja pode ser uma Cidade Parque!

Itens programáticos a serem considerados no Plano Sanja 2030, na temática “**Meio Ambiente, Sustentabilidade e Crise Climática**”

- Restauração das **APPs urbanas** e recuperação das nascentes em todo o município;
- Parque Municipal Roberto Burle Marx (**Parque da Cidade**): i) fazer o que não tem sido feito, que é manutenção adequada; ii) utilizar a verba prometida pelo Governo do Estado para restaurar os pavilhões e outros itens do patrimônio histórico e arquitetônico; iii) construir, com a sociedade, um plano de concessão que permita um equilíbrio entre a preservação ambiental, do patrimônio histórico e cultural, o livre acesso e usufruto dos cidadãos, e o custeio de manutenção adequada do Parque;
- **Criação de parques naturais** previstos no Plano Diretor e NÃO executados pela gestão atual (São ao todo 22 Parques previstos, dos quais apenas metade está implantada, sendo 5 já consolidados e 6 implantados precariamente), incluindo o **Parque do Cerrado**, cujo escopo deve ser ampliado;
- **Criação do Parque Betânia**, último maciço arbóreo da região e berço de diversos serviços ecossistêmicos;
- Aprimoramento de 6 parques, com ampliação de área, onde possível, e adequação para aumento dos **serviços ecossistêmicos**, inclusive socioculturais;
- Definição de áreas de conectividade em meios contínuos de vegetação nativa e também a partir de elementos da urbanização, como **Avenidas-Parque**;
- Criação dos **Parques Lineares**, conectados aos parques existentes, promovendo corredores ecológicos no município. Estes parques lineares serão importantes elementos para a adaptação climática;

- Propor desafetação parcial do Parque Natural do Banhado (municipal) e da APA do Banhado (estadual) para comportar a comunidade do Banhado (que já ocupava a área antes da criação das UC), regularizar as áreas ocupadas e executar o **Plano de Urbanização do Banhado** construído coletivamente com Universidades e comunidade;
- Realizar estudo para a **renaturalização de rios** no município, com vistas a elaborar um plano factível de renaturalização, iniciando por bacias críticas do ponto de vista climático;
- Propor Termo de Ajustamento de Conduta antecipado ao Ministério Público em função de processo que questiona a supressão de áreas ambientais sensíveis no município, buscando a restauração parcial ou integral destas áreas (SIS MP 0700.0000018/2019 - Controle 15/19);
- Elaboração de **Plano de Adaptação Climática**, com ampla participação social e integração com outros instrumentos de planejamento municipal;
- Execução do **Plano Municipal de Redução de Riscos** – PMRR, a partir das prioridades definidas naquele documento, com foco no afastamento do risco;
- Propor e protagonizar a criação de uma **Autoridade Climática Regional**, no âmbito da organização da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, para atuação conjunta e integração entre Planos de Adaptação e resposta à crise climática;
- Revisão do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, com prioridades e metas arrojadas de **NÃO GERAÇÃO, REDUÇÃO, REUTILIZAÇÃO** e **RECICLAGEM** dos resíduos, com ênfase nos dois primeiros;
- Instituir programa de **banimento do plástico de vida curta** no município até 2030;

- Revisão do Plano de Macrodrenagem do município, de maneira a (i) contemplar cenários de mudanças do clima; e (ii) inserir as **Soluções Baseadas na Natureza**, tanto na macrodrenagem quanto na microdrenagem, como prioritárias;
- Revisão dos planos municipais, à luz do Plano de Adaptação Climática, quando pertinente;
- Revisão do Conselho Municipal de Meio Ambiente, o **COMAM**, hoje também responsável pelo tema do Saneamento Básico, de forma a restaurar e garantir a **legitimidade e representatividade da sociedade civil**, em caráter majoritário, neste Conselho;
- Revisar a composição e a participação do poder público municipal, e da sociedade civil de São José dos Campos, na Agência Ambiental do Vale do Paraíba, ampliando a transparência e a autonomia dos agentes públicos responsáveis pelo controle ambiental no município e região;
- Retomar e aprimorar o licenciamento e fiscalização ambiental, em articulação com a Agência Ambiental do Vale do Paraíba e com a gestão das unidades de conservação com atuação no município, tanto em nível local, quanto estadual e federal;
- Ampliar alcance e escopo do **IPTU VERDE**, relacionando-o também à geração solar fotovoltaica, aproveitamento de água de chuva e aumento de área permeável, além dos limites legais;
- Criar o **ISS VERDE** (que com a Reforma Tributária comporá o IBS), para incentivar serviços ambientais no município. Ex.: pequenas empresas ou profissionais que trabalham com consertos de calçados e roupas, catadores e trabalhadores na cadeia da reciclagem, trabalhadores e pequenas empresas que trabalham com compostagem de resíduos orgânicos, dentre outros;
- Promover ampla revisão do contrato de concessão da SABESP, de maneira a verificar seu real cumprimento e aprimorar o objeto da

concessão. Ex.: exigir níveis mais avançados de **tratamento de água e efluentes**, exigir níveis mais avançados de **redução de perdas de água**;

- Consolidar a oferta de água e esgoto, alcançando a totalidade da população do município: **universalização** de fato!
- Criar programa de prevenção, alerta e ação para **redução das queimadas** no município, buscando atuação junto às instituições de P&D do município;
- Atualizar **inventário de emissões atmosféricas** e criar programa de monitoramento de qualidade do ar com novas tecnologias e sensores, buscando atuação junto às instituições de P&D do município e região;
- Estimular **pesquisa científica, desenvolvimento e inovação** para a sustentabilidade, com aplicação no município e região, junto às instituições de P&D&I locais, priorizando atuação integrada entre tais instituições;
- Estimular a **produção agroecológica** no município e buscar meios de inserção desta produção nos programas municipais de alimentação escolar, além de consumo em hospitais, creches e outras facilidades municipais;
- Priorizar a **produção agroecológica e orgânica** nas unidades de conservação (uso sustentável) municipais e Áreas de Preservação Permanente no município (quando permitido o uso sustentável);
- Gestionar junto às UCs estaduais e federal no município a priorização da produção agroecológica e orgânica.

PLANO SANJA 2030

MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E CRISE CLIMÁTICA

WWW.WILSONCABRAL.INFO

[@WILSONCABRAL_PROF](https://www.instagram.com/wilsoncabral_prof)



Esta lista de itens programáticos é uma primeira versão, para que a sociedade possa conhecer, criticar, comentar e sugerir novos itens. Participe você também!

Vamos juntos!

**Compartilhe nas redes.
Contribua com suas ideias
para São José dos Campos.**

@wilsoncabral_prof
www.wilsoncabral.info





IDEIAS E
PROPOSTAS
PRELIMINARES
PARA SÃO JOSÉ
DOS CAMPOS

CADERNO 02 DE 12

Ciência, Tecnologia e Inovação

PROFESSOR WILSON CABRAL | 2024

PLANO SANJA 2030

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

WWW.WILSONCABRAL.INFO

[@WILSONCABRAL_PROF](#)



Para **resolver** os desafios de hoje e **planejar** a cidade que desejamos para bem viver, vamos idealizar propostas com a participação da população joseense e a visão de especialistas.

Diagnóstico

São José dos Campos é uma cidade que há cerca de um século vive um cotidiano de inovação. Desde as primeiras indústrias aqui instaladas, como a Tecelagem Parahyba, e as indústrias cerâmicas Santa Lúcia e Weiss, sempre houve diferenciais que chamavam a atenção. Com a segunda onda de industrialização, protagonizada pela criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e Centro Técnico Aeroespacial (CTA, atual DCTA), e pela implantação da rodovia Dutra, São José dos Campos se estabelece como um pólo industrial e passa a atrair outras empresas e instituições. A pesquisa se consolida com a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o INPE, e com a implantação paulatina de diversas outras instituições de ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente São José dos Campos conta com mais de 8 instituições federais de ensino, pesquisa e ou desenvolvimento científico e tecnológico, além de 2 instituições estaduais, e diversas outras universidades e institutos fundacionais e privados.

No município são formados milhares de alunos de graduação e pós-graduação a cada ano, nas mais variadas áreas, dentre os melhores cursos do país. Parte destas instituições estão hoje instaladas no Parque Tecnológico de São José dos Campos, recentemente rebatizado de Parque de Inovações Tecnológicas (PIT). O PIT, criado em 2006, incorporou outras iniciativas em torno de arranjos produtivos locais e clusters (como o Aeroespacial e Defesa) até a junção ao Centro para Inovação e Competitividade do Cone Leste Paulista (Cecompi), em 2016, e hoje é um dos maiores centros empresariais de base tecnológica do país.

Diante deste enorme potencial, cabe perguntar: o que o município ganha com isso? Parece óbvio que os resultados dos inúmeros projetos de P&D desenvolvidos no PIT, além das empresas ali estabelecidas, tragam benefícios à cidade. Certamente há um

conjunto de recursos econômicos associados ao PIT que são absorvidos pela economia local (boa parte destes recursos são oriundos de editais e chamadas públicas federais e estaduais). No entanto, há uma diversidade de outros benefícios que, se estimulados, poderiam ser direcionados para usufruto direto da municipalidade.

Neste contexto estão os projetos que poderiam buscar soluções de problemas da cidade, inserindo as demandas municipais na cadeia de desenvolvimento tecnológico e inovação. Tais projetos poderiam ser desenvolvidos por empresas nascentes no PIT e contariam com apoio municipal, por meio de editais próprios e parcerias público privadas, ampliando o leque de inovação e unindo elos da demanda social com o empreendedorismo.

A Educação é parte importante neste contexto e a integração da educação pública no município, em todos os níveis pedagógicos (Básico, Fundamental, Médio, Técnico, Tecnológico e Superior), além da formação em pós-graduação, compreendendo as instituições municipais, estaduais e federais, é elemento essencial do Plano Sanja 2030. Neste contexto, demandas do município podem ser objeto de desenvolvimento e aprimoramento em todos os níveis educacionais.

Tal atmosfera de desenvolvimento científico e tecnológico para a inovação permitiria a abordagem de temas importantes para a cidade, com o potencial de torná-la, de fato, inteligente. Sem prejuízo do ambiente de negócios tecnológicos já consolidado, o município poderia se tornar referência em tecnologias e inovações para o BEM VIVER.

São José dos Campos, apesar de seu potencial, é uma cidade POUCO INTELIGENTE e não integra suas instituições de P&D&I para o desenvolvimento do município e seu povo.

Para impulsionar a produção científica e tecnológica para uma SJC referência no tema, e **integrar em todos os níveis as instituições da Ciência** (envolvendo os diversos tipos de conhecimento), da tecnologia, buscando a **inovação para o BEM VIVER**, são propostos as seguintes iniciativas, programas e ações.

- **Criação da Plataforma Sanja CiTI**, para publicação de demandas da cidade e abertura para iniciativas empreendedoras em atendimento a estas demandas
- Estabelecimento de **Termos de Cooperação em C&T com todas as instituições públicas de Ensino, Pesquisa e Extensão** no município, considerando as especialidades e atuação de cada instituição, bem como seu potencial para atuar em demandas municipais
- Orientação para **destinação do gasto público**, sempre que factível, para empresas de base tecnológica desenvolvidas no município
- Criação de **programas de integração** para aproveitamento dos potenciais de cada instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão na formação de alun@s e professores das redes municipal e estadual no município
- Criação de um **novo cluster no PIT: SAÚDE/BEM VIVER**, considerando o potencial do município na atração de profissionais de saúde/bem viver, com vistas a tornar Sanja uma referência nacional e internacional nesta temática
- Gestão para **ampliação do IFSP/SJC com apoio às instalações definitivas** no PIT ou em outra centralidade do município, com maior facilidade de acesso e melhor infraestrutura
- **Revisão e expansão do Museu Interativo de Ciências**, transformando o espaço em uma referência de educação, ciência e entretenimento para a região e o país, além de funcionar como um hub de ciências para iniciativas da sociedade
- **Estímulo à criação de clubes de ciências** nas escolas municipais, estaduais e federal em SJC e oferta de uso do Museu Interativo de Ciências para atividades destes clubes

- **Criação de currículo científico para o ensino médio**, a aplicar em escolas de educação integral (vide tema de “Educação”), visando à formação de cientistas
- **Atualização e implantação de laboratórios e espaços de Ciências** nas escolas municipais e estaduais, com kits experimentais clássicos e contemporâneos, e formação complementar a professores e técnicos
- Estímulo à integração do ensino de Ciências e Matemática aos programas de extensão das IES localizadas no município
- Criação de **programa municipal de bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica e de Extensão Inovadora** com oferta para alunos de IES no município e abordagem de temas de interesse local e regional
- Criação de **programa de bolsas de pós-graduação com oferta para pós-graduandos de IES** no município e abordagem de temas de interesse local e regional
- Criação do **Núcleo de P&D&I, intersetorial, na estrutura de governança municipal**, para acompanhamento e implantação de políticas públicas e programas de C&T&I, integradas às demais secretarias do município
- Apoio a programas e **iniciativas de meninas e mulheres em STEAM** (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática), envolvendo integração entre IES e escolas municipais e estaduais no município
- Estabelecimento de **parcerias com as entidades técnico-educacionais do Sistema “S”**, para ampliação do alcance de suas iniciativas para as escolas municipais e estaduais do município
- Estabelecimento de **cooperação com o CEMADEN, INPE e outras instituições locais pertinentes**, para desenvolvimento de plataforma de dados e informações para **adaptação climática** em SJCampos e região
- Estímulo a parcerias interinstitucionais para **ampliar a oferta de capacitação para o Desenvolvimento e Inovação** no município e região

PLANO SANJA 2030

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

WWW.WILSONCABRAL.INFO

[@WILSONCABRAL_PROF](https://www.instagram.com/wilsoncabral_prof)



Esta lista de itens programáticos é uma primeira versão, para que a sociedade possa conhecer, criticar, comentar e sugerir novos itens. Participe você também!

Vamos juntos!

Participe ao vivo.

Compartilhe nas redes.

**Contribua com suas ideias
para São José dos Campos.**

@wilsoncabral_prof

www.wilsoncabral.info





CAMINHOS
E SOLUÇÕES
PRELIMINARES
PARA SÃO JOSÉ
DOS CAMPOS

CADERNO 03 DE 12

**Educação
Integral e
Inclusiva**

PROFESSOR WILSON CABRAL | 2024



Para **resolver** os desafios de hoje e **planejar** a cidade que desejamos para bem viver, vamos idealizar propostas com a participação da população joseense e a visão de especialistas.

Diagnóstico

São José dos Campos possui um cenário educacional que reflete tanto desafios comuns a grandes centros urbanos, quanto oportunidades especiais decorrentes de seu desenvolvimento econômico e cultural. O município possui uma rede extensa de instituições de ensino, que inclui escolas públicas municipais, estaduais, escolas privadas, escolas técnicas, institutos de nível superior e universidades, cobrindo desde a pré-escola até os níveis mais altos da pós-graduação.

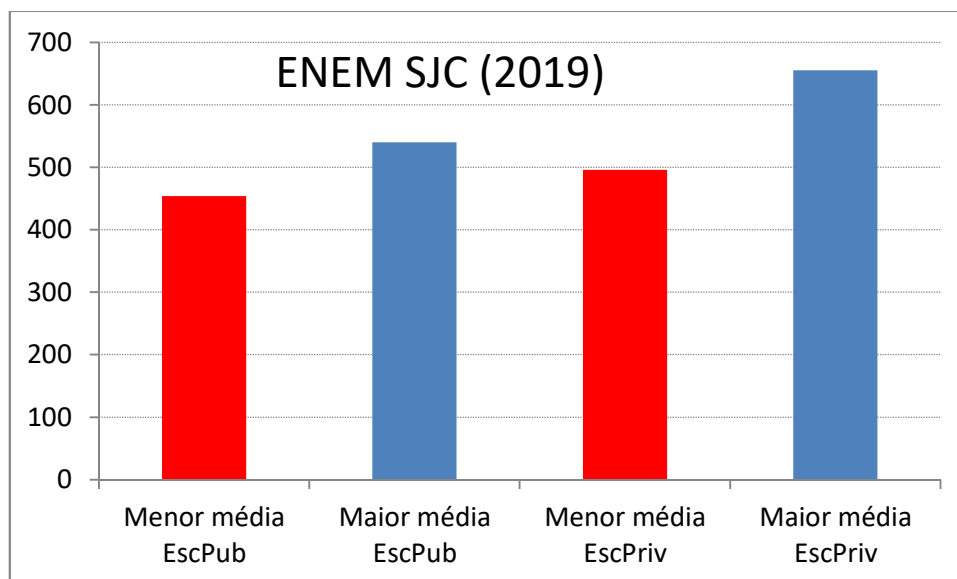
A educação pública em São José dos Campos avançou em cobertura nos anos 1990 e chegou a atingir números superiores à média estadual quando do lançamento dos primeiros indicadores da educação pública, tanto em nível nacional (SAEB e IDEB), quanto estadual (SARESP). Os indicadores melhoram gradualmente ao longo dos anos 2000, embora sem se descolar da média estadual e nacional. O município, que inicialmente se destacava da média nacional, passa a se manter pouco acima desta e bem próximo aos números médios do estado. O crescimento, lento e gradual, dos indicadores ao longo da década de 2010 pode ser mais associado à Política Nacional de Educação, custeada pelo FUNDEB, do que do protagonismo do município neste quesito. No entanto, a partir de 2017, nota-se inicialmente uma estagnação dos números do município, e posterior queda, nos últimos anos, refletida em todos os indicadores e mais acentuada na medida em que se aumenta o nível escolar (do fundamental ao médio). Além da queda, que em parte pode ser atribuída à pandemia, e neste caso refletiria também uma abordagem ineficaz na condução da educação pública diante do

desafio de saúde, nota-se também um distanciamento das metas propostas para o município.



Esta queda nos indicadores é preocupante, pois interrompe um histórico de melhora lenta e gradual e revela os problemas de gestão da educação municipal, que precisam ser resolvidos imediatamente.

Neste contexto ressaltam-se ainda as disparidades em cinco níveis, na educação pública em São José dos Campos: 1) entre escolas municipais (algumas com médias gerais bastante inferiores às demais); 2) entre escolas estaduais e municipais que oferecem o mesmo programa, mas têm médias gerais diferentes (escolas estaduais com números superiores, em média); 3) entre diferentes localizações (bairros com escolas de médias inferiores, o que relega aos alunos um menor potencial de transformação pela educação pública); 4) entre níveis educacionais distintos: maiores médias no fundamental I e menores médias no ensino médio; e 5) entre escolas públicas e privadas, considerando os resultados do ENEM.



A educação pública em SJC também tem sido afetada por questões de governança municipal, fator que reflete na gestão das unidades escolares. A indicação e nomeação de gestores sem conhecimento nem capacidade para o cargo representa um empecilho para a normalidade do ambiente escolar e, conseqüentemente, uma força contrária ao aprimoramento dos resultados da educação pública.

Por outro lado, muitas escolas enfrentam problemas de infraestrutura, como falta de manutenção, ausência de espaços adequados para atividades extracurriculares e deficiência em equipamentos e materiais que são essenciais para uma educação moderna e inclusiva.

A valorização dos professores é um ponto crucial, e isso inclui desde a questão de remuneração até a sobrecarga de trabalho, com a carência na contratação de quadros substitutos. Muitos profissionais da educação relatam a necessidade de formação continuada e atualização pedagógica para lidar com as novas demandas educacionais e tecnológicas.

A educação inclusiva ainda enfrenta desafios significativos. Estudantes com deficiência muitas vezes não têm acesso adequado a recursos e apoio especializado. Além disso, a oferta de transporte especial em horários de atividades complementares e no contraturno é precária. Questões relacionadas à diversidade cultural, étnica e social ainda demandam políticas educacionais que promovam a inclusão e o respeito às diferenças.

Nos tempos recentes, em que se registra um significativo aumento do diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) em crianças de todas as idades, se amplia o desafio da educação pública para lidar com esta demanda.

Por fim, a participação ativa da comunidade e das famílias na vida escolar tem sido limitada, o que impede uma maior integração e colaboração entre escola e sociedade. Programas de engajamento comunitário e familiar são essencialmente necessários para fortalecer a rede de apoio ao aluno e criar um ambiente educacional mais colaborativo.

A educação integral pouco avançou no nível municipal. Cabe fazer aqui uma diferenciação. Por educação integral, pressupõe-se uma integração de fato, em que o currículo escolar seja ampliado e consolidado com atividades e experiências que aprofundem e complementem o ensino regular. Em síntese, esta era a proposta dos CIEPS, de Leonel Brizola. Em São José dos Campos, a opção foi estender o período escolar para atividades no contraturno, a partir de uma série de convênios, sem integração entre estes. Há convênios com a FCCR, com o IEVP, CTA/PROFESP, além de contratação de empresas como a Jovens Gênios, mas não há registros públicos de avaliação destes convênios e contratações.

Por outro lado, há diversas oportunidades a explorar no município, para o aprimoramento das políticas e programas para a educação

pública. A crescente disponibilidade de tecnologia e a possibilidade de desenvolvimento endógeno de aplicações, ofertada pela ampla rede de instituições públicas de P&D&I, representa massa crítica básica para um salto qualitativo na escola pública municipal. Além disso, o município tem potencial para estabelecer parcerias público-privadas que podem resultar em investimentos significativos na área educacional. A existência de uma oferta diversa e qualificada de ensino superior e de pós-graduação no município, permite a criação de programas de integração entre as diferentes etapas da educação, como a transição do ensino fundamental para o ensino médio, podem ser aprimorados para garantir uma continuidade educacional mais fluida.

Em síntese, o diagnóstico da educação no município evidencia a necessidade de uma abordagem multifacetada, que contemple investimentos em infraestrutura, valorização dos profissionais, melhoria da qualidade do ensino e promoção da inclusão e diversidade. A administração futura deve focalizar esforços na criação de um sistema educacional mais equitativo, inovador e integrado, buscando sempre o engajamento comunitário e o apoio das famílias. Somente através de uma ação coordenada e estratégica será possível superar os desafios atuais e construir um futuro educacional mais promissor para todos os cidadãos.

A educação pública em São José dos Campos não condiz com o potencial da cidade. É preciso REVOLUCIONAR a educação pública, além de integrá-la à Ciência/Tecnologia, Cultura, Esporte e Lazer, garantindo um futuro próximo à altura das nossas capacidades!

Itens programáticos a serem considerados no Plano Sanja 2030, na temática **“Educação Integral e Inclusiva”**

- Estabelecer termos de cooperação técnica com as instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão no município (ITA, INPE, UNIFESP, UNESP, CEMADEN, FATEC, IFSP), bem como com as redes do Sistema S, para integração com o sistema educacional do município;
- Estabelecer gestão junto a instituições de Ensino Superior no município, para atendimento a demandas de educação profissionalizante no Ensino Médio municipal, conforme planejamento para o Desenvolvimento;
- Criar programa de Extensão Inovadora para atração de grupos de P&D nas instituições estabelecidas no município, para desenvolvimento de atividades conjuntas com escolas municipais e estaduais;
- Revisão de convênios e contratos à luz de sua efetividade para a educação pública municipal;
- Criação de um Comitê Estratégico de Educação, de representação plural (professores, gestores, legisladores e especialistas), com a missão de propor (em 3 meses) um conjunto consistente de medidas de curto, médio e longo prazos, para a adoção da Educação Integral e Inclusiva em caráter efetivo no município;
- Estabelecer metas progressivas e desafiadoras com base nos indicadores oficiais, para atualização do Plano Municipal de Educação, em 2025, buscando reduzir os diversos níveis de disparidades na educação pública do município;

- Integrar o Plano de Educação com demais instrumentos de planejamento municipal pertinentes, como o de Cultura, Esportes e Lazer, Adaptação Climática, Plano Diretor, dentre outros;
- Elaborar plano para municipalização completa do Ensino Fundamental até 2028;
- Estabelecer parceria com a rede estadual de ensino para alavancar metas do Ensino Médio, bem como ampliar e aprimorar a oferta do EM na zona rural e no Distrito de SFX;
- Rever as progressões do nível 1 da tabela do plano de carreira do magistério municipal e propor reajuste dos salários em conformidade com o piso nacional (recomposição das perdas dos anos de 2022, 2023 e 2024);
- Promover, de forma imediata, concurso público para preenchimento dos cargos de gestão escolar;
- Autonomia para a gestão escolar na formulação do PPP (Plano Político Pedagógico);
- Estabelecer política participativa (com consulta aos professores e gestores escolares) para a aquisição e distribuição de materiais pedagógicos.

Esta lista de itens programáticos é uma primeira versão, para que a sociedade possa conhecer, criticar, comentar e sugerir novos itens. Participe você também!

Vamos juntos!

Participe ao vivo.
Compartilhe nas redes.
Contribua com suas ideias
para São José dos Campos.

@wilsoncabral_prof
www.wilsoncabral.info





CAMINHOS
E SOLUÇÕES
PRELIMINARES
PARA SÃO JOSÉ
DOS CAMPOS

CADERNO 04 DE 12

Saúde
e
Bem Viver

PROFESSOR WILSON CABRAL | 2024

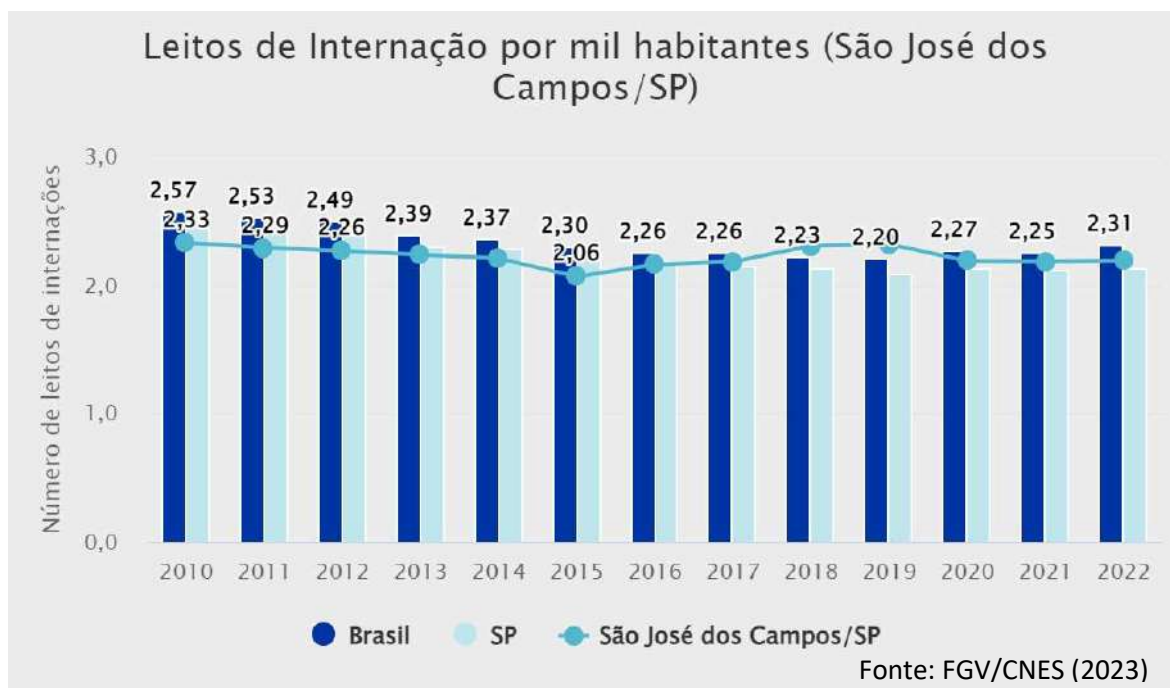


Para **resolver** os desafios de hoje e **planejar** a cidade que desejamos para bem viver, vamos idealizar propostas com a participação da população joseense e a visão de especialistas.

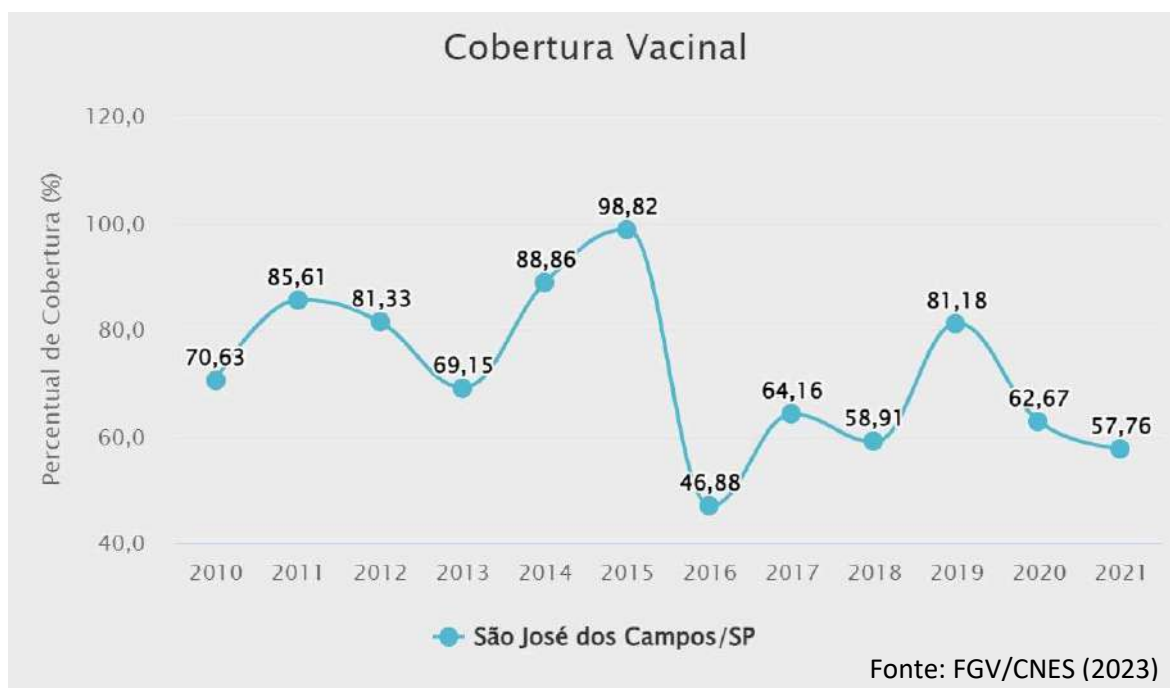
Diagnóstico

A saúde pública em São José dos Campos está com a cabeça na UTI e os pés em uma enfermaria. Há diferenças significativas de qualidade de atendimento entre unidades de saúde, algumas terceirizadas, outras com equipes próprias. Os indicadores tradicionais da saúde pública apontam um cenário em que o orçamento aumentou nos últimos 4 anos, em parte por conta da pandemia, mas os resultados não melhoraram. Os números mostram que o município segue entre as médias do estado de SP e do país, com alguns altos e baixos. Quando se consideram indicadores globais (que incluem a saúde pública e privada), os resultados são um pouco melhores, mas quando os números estão associados ao orçamento do SUS, os resultados pioram.

De acordo com dados do CNES (2023), o número de leitos de internação em São José dos Campos atualmente é menor, proporcionalmente, do que em 2010: era de 2,3/1000 habitantes em 2010 e de 2,2/1000 habitantes, em 2022, abaixo da média nacional. A julgar que o município vem se transformando num polo de saúde regional, era de se esperar um aumento proporcional do número de leitos de internação. O número de leitos de UTI por 1000 habitantes aumentou entre 2016 e 2018, mas se manteve no mesmo patamar nos últimos 5 anos.



Os índices de vacinação pública no município estão decadentes. A cobertura vacinal, que em 2010 era da ordem de 70% hoje está na faixa de 50%, o que tem contribuído para ampliação de casos de doenças que estavam controladas, como a coqueluche.



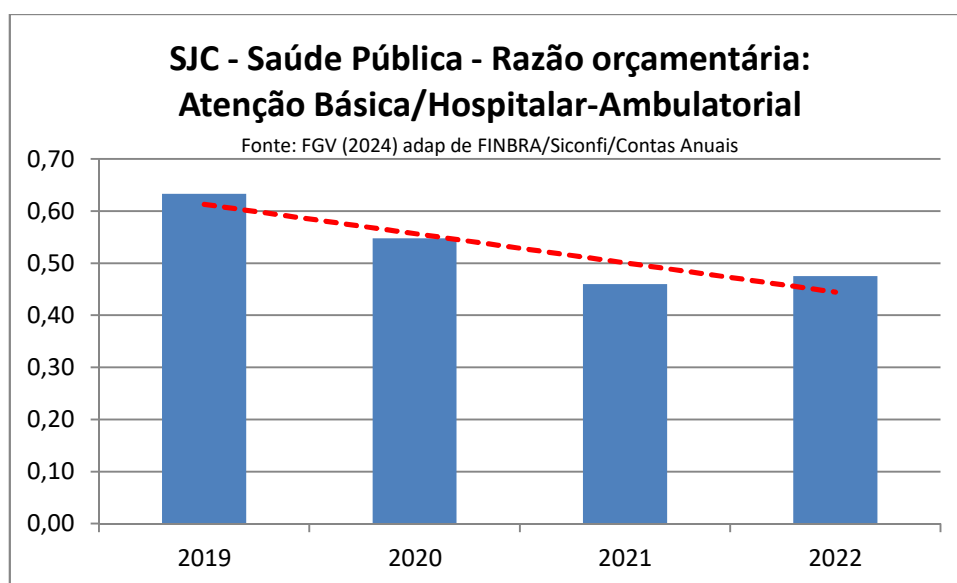
A gestão tem investido cada vez mais na terceirização das atividades de saúde pública, sem um acompanhamento sistemático e analítico da qualidade dos serviços prestados. Tal fato tem gerado uma grande disparidade na qualidade do atendimento em diferentes unidades de saúde. De modo geral, a partir da percepção do cidadão, as unidades melhor avaliadas parecem ser aquelas sob gestão direta do município, fato que merece uma boa investigação e análise. E há inúmeros relatos, assim como na Educação, de indicações e nomeações de gestores de unidades de saúde sem perfil técnico e conhecimento da área, por influência política, o que não deixa de ser uma forma de desvio na governança, com suas consequências inequívocas na performance do sistema. O impacto é sentido pela população usuária dos serviços da saúde pública.

Um aspecto importante das despesas da saúde pública é a parcela investida na atenção básica e na hospitalização. Partindo do princípio de que a atenção básica é predominantemente voltada ao cuidado preventivo e a hospitalização é voltada à tratativa de doenças, comorbidades e situações emergenciais, infere-se que um maior investimento na primeira pode resultar em menores despesas na segunda.

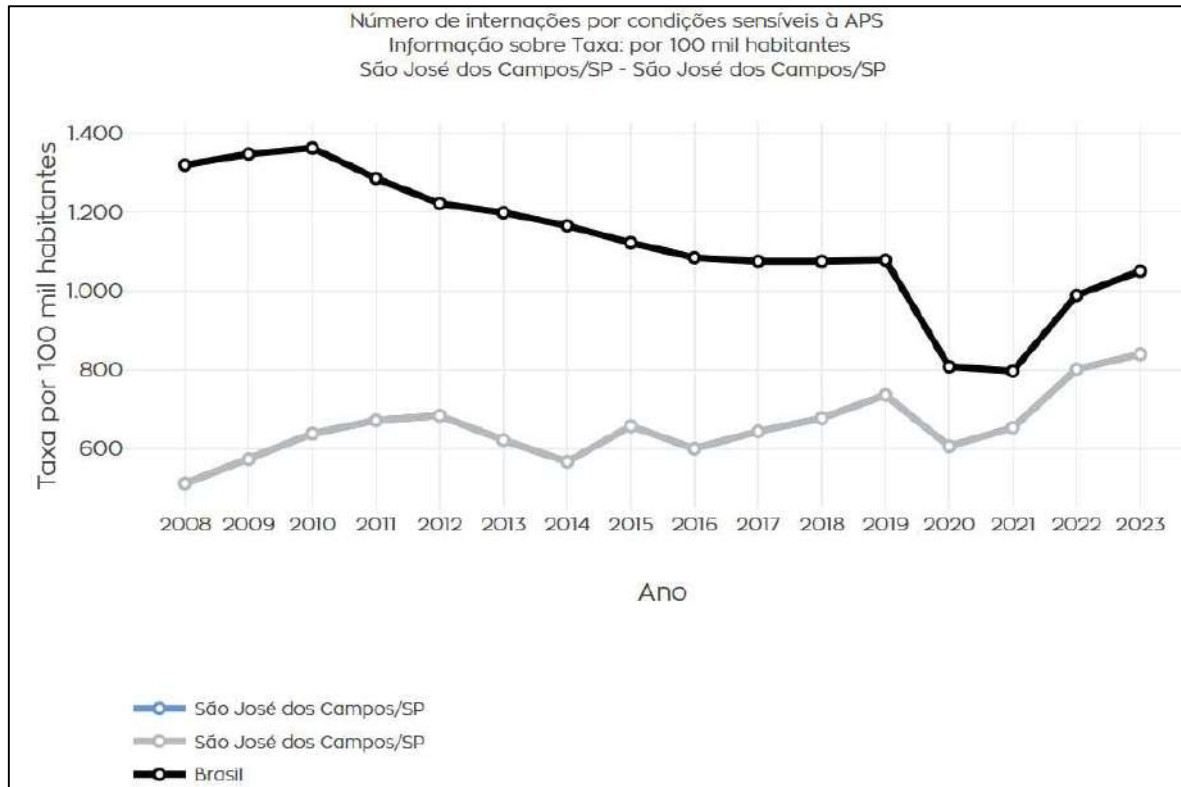
Importante ressaltar os objetivos da Declaração de Astana, adotados em conferência mundial de saúde com foco na atenção primária, especialmente aqueles aderentes a uma gestão municipal: adotar políticas avançadas, e ousadas, para a saúde em todos os setores; **estabelecer cuidados de saúde primários sustentáveis**; e capacitar indivíduos e comunidades para o atingimento destes objetivos. A declaração está completamente alinhada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) relativos à Saúde e Bem-estar e o foco, neste sentido, compreende estratégias para lidar com estilos de vida e comportamentos não saudáveis, controlar as doenças transmissíveis e as doenças tropicais negligenciadas, e alertar, de

forma precoce, sobre eventuais riscos à saúde e sobre formas de gerenciá-los, reduzindo assim os seus impactos.

No caso de SJC, a parcela do orçamento da saúde destinada à atenção primária tem diminuído nos últimos anos, conforme ilustrado no gráfico abaixo.



Diante deste quadro, em que se investe menos na Atenção Primária à Saúde (APS), os indicadores de internação hospitalar aumentam, o que se configura numa baixa eficiência dos serviços de saúde, conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo, do Observatório da Atenção Primária à Saúde (2024).



É possível perceber, neste caso, que São José dos Campos tinha uma das melhores taxas do país, em 2008. No entanto, este indicador piora até 2012, volta a reduzir entre 2012-2016 e, a partir de 2017 passa a subir novamente, atingindo sua pior taxa em 2023, com valor acima de 800 para cada 100.000 habitantes.

Nos tempos recentes, em que se registra um significativo aumento do diagnóstico de doenças como o Alzheimer, em idosos, síndromes e deficiências, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) em crianças de todas as idades, se amplia o desafio da saúde pública para lidar com esta demanda. Estimativas da Fundação SEADE apontam a existência de diagnósticos de TEA em 15% dos domicílios paulistas.

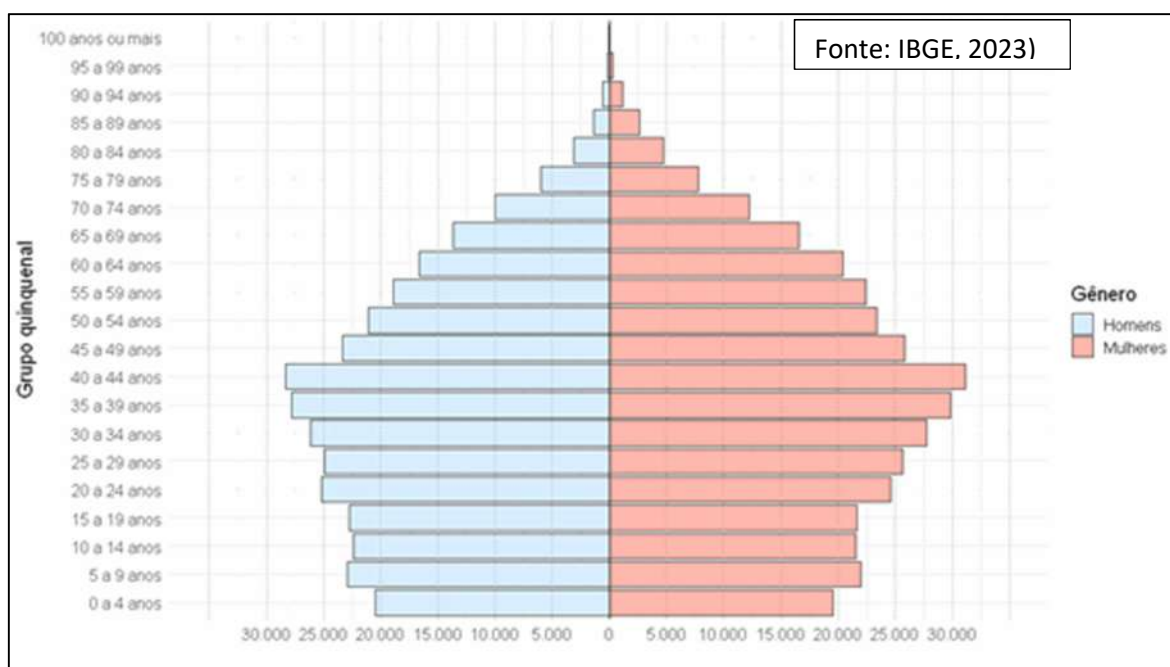
Quadro: o Transtorno do Espectro Autista e a Saúde Pública

Diferente do que pensa o senso comum, o Transtorno de Espectro Autista (TEA) não é uma doença. Como o próprio nome sugere, não há só um, mas vários subtipos do transtorno, devido aos diferentes níveis de comprometimento, sendo preciso utilizar o termo “espectro” para abranger todos eles. De forma geral, o Autismo é uma condição que compromete a capacidade de comunicação e a linguagem. Por isso, pessoas dentro do espectro têm dificuldade em perceber acontecimentos compartilhados e expressar o que sentem ou pensam, uma vez que podem apresentar déficit na interação social (Med-Rad, 2024).

As pessoas com diagnóstico de TEA (Transtorno do Espectro do Autismo) já possuem alguns direitos assegurados por lei, vale lembrar que é necessário que a gestão municipal garanta a aplicação destas leis, promovendo a cidadania para as **pessoas e famílias** nesta condição.

Além dos cuidados necessários para com as pessoas diagnosticadas com TEA, e também TDAH, é preciso que a gestão da saúde pública no município abranja o contexto familiar, oferecendo suporte complementar, quando necessário. As famílias de pessoas nesta condição muitas vezes têm uma rotina muito difícil com o deslocamento de um familiar (geralmente a mãe) em tempo quase integral para estes cuidados, o que compromete sua própria vida pessoal, social e profissional.

Outro aspecto importante está relacionado ao envelhecimento da população, e seus impactos na saúde pública. A pirâmide etária do município em 2023 revela uma população idosa de mais de 100.000 pessoas e as projeções da Fundação SEADE para 2030 indicam um aumento de mais de 40% nesta faixa etária (acima de 60 anos), composta em sua maior parte por mulheres. É fundamental que a gestão municipal estabeleça políticas e programas para fazer frente a este novo perfil populacional.



Uma demanda imediata para a gestão da saúde pública municipal está relacionada aos impactos das mudanças climáticas. O aumento da temperatura e de ondas de calor, de estiagens prolongadas e dos eventos extremos de chuva nos meios urbanos, impacta direta e indiretamente a saúde populacional, incidindo especialmente nas parcelas em vulnerabilidade socioeconômica e também nos extratos da infância e idosos na população. Há que se integrar o planejamento da Saúde com a da Adaptação Climática, Plano Diretor, de Mobilidade Urbana, dentre outros.

Do ponto de vista das oportunidades para uma melhoria significativa no curto, médio e longo prazos em São José dos Campos, há diversas pré-condições existentes, que começam na existência de dois cursos de Medicina atuantes na cidade, com potencial de interação com o poder público para ampliar o escopo de suas atividades. Nosso plano, no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação, propõe a criação de um novo cluster no Parque de Inovações Tecnológicas (PIT): o cluster da Saúde/Bem Viver. Esta iniciativa poderia nuclear um amplo espectro de atividades para alavancar o setor de saúde de forma estratégica, atraindo empresas, profissionais, novos empreendimentos e ampliando a oferta de empregos, com potencial para criar referência nacional em torno do tema. Este conjunto de atividades pode responder por demandas municipais na área de saúde, com investimentos em inteligência artificial, aprimoramento de órteses e próteses, tecnologias vestíveis, monitoramento remoto, novos métodos diagnósticos, dentre muitos outros.

A saúde pública em São José dos Campos carece de atenção e cuidado. Consome muitos recursos e não entrega o suficiente para boa parte da população. Não há metas que contemplem as mudanças no perfil populacional no futuro próximo. E a atenção primária à saúde tem sido menosprezada. É preciso investir em gestão eficiente, inovações tecnológicas e valorização dos profissionais, de forma a recuperar a qualidade do atendimento, elevando a um patamar de excelência os serviços, ampliando o escopo e escala e buscando o BEM VIVER como meta geral, para toda a população joseense.

Itens programáticos a serem considerados no Plano Sanja 2030, na temática “**Saúde e Bem Viver**”

- Revisão das contas orçamentárias da Saúde Pública, com vistas ao aumento proporcional do investimento na Atenção Primária à Saúde;
- Implantação de programa de valorização dos servidores municipais da Saúde, incluindo a promoção de concurso público interno para preenchimento dos cargos de gestão das unidades de saúde, priorizando o provimento com funcionários públicos efetivos, com critérios de formação e capacidade técnica;
- Consolidação da integração da base de dados da saúde pública municipal com o SUS e a base estadual, com aprimoramento da digitalização dos prontuários médicos e de atendimento;
- Uso de tecnologias para aprimoramento da gestão e do atendimento na saúde pública.

a) Implantação do **Programa de Diagnóstico Inteligente** (PDI).

Objetivo: Utilizar Inteligência Artificial (IA) para melhorar o diagnóstico precoce e o monitoramento contínuo de doenças crônicas. Tal proposta será adotada em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados. Ações:

- ✓ Implementação de plataformas de IA para análise de dados clínicos e históricos médicos;
- ✓ Desenvolvimento de sistemas de alerta precoce para condições crônicas como diabetes e hipertensão;
- ✓ Utilização de *wearables* (tecnologias vestíveis, como pulseiras, relógios, etc) conectados para monitorar sinais vitais em tempo real, destinados a idosos e pacientes com comorbidades em condição domiciliar.

Metas:

- Reduzir em 20% as internações por complicações de doenças crônicas até 2030.
- Aumentar a taxa de diagnóstico precoce de doenças crônicas em 25% até 2030.

b) Implantação do **Núcleo de Gestão Inteligente da Saúde** (NGIS).

Objetivo: Otimizar a gestão dos serviços de saúde utilizando IA para melhorar a eficiência operacional do sistema. Esta Central utilizará, além dos dados da saúde pública, dados e informações da Secretaria de Inteligência e Gestão Estratégica. **Ações:**

- ✓ Análise de dados para prever surtos de doenças e necessidades de recursos (Ex.: dengue);
- ✓ Integração com sistemas de emergência, SAMU e rede privada de saúde, para otimizar o tempo de resposta e a alocação de ambulâncias e vagas em Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e rede hospitalar pública e privada no município.

Metas:

- Reduzir o tempo de espera em unidades de pronto atendimento em 25% até 2026 e 40% até 2030;
- Melhorar a taxa de utilização de recursos hospitalares em 20% até 2028.

c) Aprimoramento do programa de telemedicina e atendimento remoto.

Objetivo: Expandir o acesso aos serviços de saúde através de plataformas de telemedicina e atendimento remoto, em clínica médica e especialidades. **Ações:**

- ✓ Formação de uma equipe de saúde digital para fornecer suporte remoto.

- ✓ Uso de IA para triagem de pacientes e recomendações personalizadas de tratamento.

Metas:

- Aumentar o acesso a consultas médicas em 50% até 2030.
- Reduzir as visitas desnecessárias ao pronto atendimento em 30%.

d) Sistema de Avaliação e Feedback Contínuo (SAFC)

Objetivo: Implementar um sistema contínuo de avaliação e *feedback* para melhorar a qualidade dos serviços de saúde.

Ações:

- ✓ Implementação de sistemas de avaliação pelos usuários e análise de *feedback* de pacientes.
- ✓ Monitoramento da satisfação do paciente e identificação de áreas para melhoria.
- ✓ Utilização de IA para analisar dados de desempenho e sugerir melhorias operacionais.

Metas:

- Aumentar a satisfação do paciente em 20% até 2030.
- Melhorar a qualidade dos serviços de saúde com base em *feedback* contínuo, com indicação ano a ano.
- Projeto de Prevenção e Educação em Saúde (PPES). **Objetivo:** ampliar informação relevante à população e incentivar mudanças de hábito e ambiente com impacto positivo na saúde. **Ações:**
 - ✓ Desenvolvimento de aplicativos de saúde que utilizam IA para fornecer informações personalizadas sobre prevenção de doenças.

- ✓ Realização de campanhas educativas baseadas em dados demográficos, espaciais e históricos de saúde.
- ✓ Monitoramento e *feedback* contínuo para melhorar hábitos de vida e adesão a tratamentos indicados.

Metas:

- Aumentar a adesão aos programas de vacinação em 30% até 2030.
- Reduzir a prevalência de doenças evitáveis em 20% até 2030.
- Ampliar oferta de cursos de nível técnico, tecnológico, superiores e de pós-graduação em Saúde no município. **Ações:**

- ✓ Estabelecer termos de cooperação técnica com as instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão em Saúde (cursos de medicina, enfermagem, fisioterapia, biotecnologia, biomedicina, dentre outros), e outros temas interdisciplinares, no município. Objetivo: apoio e alavancagem de iniciativas em torno do Cluster de Saúde e Bem Viver a ser implantado no PIT.
- ✓ Estabelecimento de termos de cooperação para Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico para suprir bolsas de Iniciação Científica e de pós-graduação em temas de interesse do município, a serem definidos pelo Conselho Municipal de Saúde – COMUS.
- ✓ Gestão junto a instituições públicas de ensino de nível técnico e superior para ampliação da oferta de cursos na área de saúde e bem viver no município.
- Revisão de convênios e contratos à luz de sua efetividade para a saúde pública municipal;

- Criação de um Comitê Estratégico de Saúde, de representação plural (profissionais da saúde, gestores, legisladores e especialistas), no âmbito do Conselho Municipal de Saúde, com a missão de propor (em 3 meses) um conjunto consistente de medidas de curto, médio e longo prazos, para a adoção da Saúde com foco no Bem Viver no município.
- Estabelecer metas progressivas e desafiadoras com base nos indicadores oficiais, e criar novos indicadores compatíveis com a Saúde Integral para o Bem Viver, para atualização do Plano Municipal de Saúde, em 2025, buscando elevar o nível geral da qualidade e atendimento e reduzir a disparidade no atendimento à saúde pública do município;
- Integrar o Plano de Saúde com demais instrumentos de planejamento municipal pertinentes, como o de Cultura, Esportes e Lazer, Adaptação Climática, Plano Diretor, dentre outros;
- Promover uma análise imediata da localização das unidades de saúde do município, considerando a distribuição atual e projeções da população, além da vulnerabilidade da infraestrutura à mudanças climáticas.

Esta lista de itens programáticos é uma primeira versão, para que a sociedade possa conhecer, criticar, comentar e sugerir novos itens. Participe você também!

Vamos juntos!

Participe ao vivo.
Compartilhe nas redes.
Contribua com suas ideias
para São José dos Campos.

@wilsoncabral_prof
www.wilsoncabral.info





CAMINHOS
E SOLUÇÕES
PRELIMINARES
PARA SÃO JOSÉ
DOS CAMPOS

CADERNO 05 DE 12

Mobilidade Sustentável

PROFESSOR WILSON CABRAL | 2024



Para **resolver** os desafios de hoje e **planejar** a cidade que desejamos para bem viver, vamos idealizar propostas com a participação da população joseense e a visão de especialistas.

Diagnóstico

Uma pesquisa realizada pelo NUPEN/UNITAU (2021), sob encomenda da ACI (Associação Comercial e Industrial) de São José dos Campos já apontava, no final de 2021, que uma das principais preocupações e fonte de reclamações da população joseense era o transporte público. De lá pra cá, podemos dizer que a situação piorou. A maior parte das reclamações recaem sobre o tempo de espera e de deslocamento e as condições dos ônibus (principal meio do transporte público), especialmente nos horários de maior demanda. Há diversos pontos na cidade cujo tempo de deslocamento atinge 1,5 horas para chegada ao centro. Se o cidadão precisa cruzar a cidade, de uma ponta a outra, este deslocamento por vezes exige 3 baldeações e chega a levar 2,5 horas. Este tempo de deslocamento absurdo limita oportunidades e gera barreiras à mobilidade. É necessária uma ação efetiva e imediata para a redução significativa do tempo de deslocamento no principal meio de transporte público da cidade.

Este é um dos aspectos críticos na mobilidade urbana em São José dos Campos, embora as soluções consolidadas para uma cidade de médio a grande porte, como São José dos Campos, sejam bem conhecidas: estímulo e ampliação do transporte de massa, incluindo modais (VLT, VLP, ônibus articulados, ônibus elétricos, hubs, vans e outros veículos) com emissões reduzidas, confortáveis e equipados com tecnologias que permitam aos usuários estarem conectados às suas redes sociais e outros aplicativos de internet; ampliação e interligação das ciclovias e ciclofaixas; definição de novos roteiros pedonais; investimento permanente em educação para o trânsito; e melhoria das vias, calçadas e demais elementos da malha viária.

Sem dúvida, a população reconhece que essas são alternativas plausíveis e adequadas. No entanto, surge uma questão intrigante: por

que essas soluções não são visíveis nas ruas de São José dos Campos, uma cidade que possui um orçamento público consolidado?

Em contraste, o que se observa é um aumento constante de congestionamentos, acompanhado pela elevação dos ruídos dos motores. Além disso, nota-se a construção de obras de arte arquitetonicamente belas e atraentes, para alguns, porém não funcionais, como o caso do Arco da Inovação. Para comprovar, basta uma visita ao arco no horário compreendido entre 17h e 19h e contar quantos carros efetivamente estão usando as alças elevadas do viaduto. Aliás, cabe ressaltar que esta obra foi considerada ilegal pela Justiça de SP, por ferir os princípios de economicidade e efetividade do gasto público.

Assim, o problema de São José dos Campos não é a falta de orçamento público, mas sim a ausência de compromisso com a mobilidade urbana inclusiva, eficiente e sustentável. A tomada de decisão centralizada, sem consulta adequada aos Conselhos Municipais, e carente de bases de dados e estudos técnicos de simulação assertivos, leva ao desperdício de dinheiro público, desvios de finalidade e absoluta ineficiência. A concepção da gestão atual é anacrônica e ainda tem foco no transporte motorizado individual, cujo ícone é o automóvel. A cidade tinha 316.703 automóveis registrados em 2022, para uma população de 697.054 habitantes, o que indica uma média de 2,2 habitantes por veículo, sem considerar outros veículos e motocicletas. O foco no alargamento de vias, no recapeamento asfáltico (por vezes realizado sem critérios técnicos), nas obras de novas vias e acessos, e o anúncio de novas intervenções sem qualquer consulta à sociedade são reflexos deste modelo que coloca São José dos Campos de volta ao passado.

Ademais, a inclusão, elemento chave para a mobilidade sustentável, é relegada a itens pontuais (como ônibus adaptados p/ subida de cadeirantes), sem considerar a real demanda das pessoas com

deficiência, permanente ou temporária, e suas famílias. Diante do grande número de pessoas neste contexto, e do aumento de diagnósticos de transtornos que impõe limitações (vide nossa proposta para a Saúde), é preciso que a mobilidade abranja uma gama muito maior de possibilidades e situações.

Outro aspecto a considerar é o impacto do transporte público no meio ambiente e na saúde das pessoas. Altos níveis de emissão de poluentes e ruído são incompatíveis com a sustentabilidade. Entretanto, isso não se resolve com a criação de uma linha de ônibus elétrico exclusiva, que não contempla a real demanda de deslocamento das pessoas, como é o caso da Linha Verde, a um custo altíssimo para o sistema como um todo. Tampouco se resolve com uma licitação bilionária de ônibus elétrico, cujo ônus será deixado para as próximas gestões municipais.

É preciso dar efetividade à mobilidade urbana sustentável, com valorização do transporte ativo (a pé e bicicletas) e do transporte coletivo de qualidade, políticas de inclusão e eficiência na gestão.

Os projetos, programas e ações para a mobilidade urbana sustentável devem ser exaustivamente analisados, sob visão técnica qualificada e construídos junto com a sociedade.

Para que a mobilidade urbana atinja a sustentabilidade, propomos inicialmente alguns **PRINCÍPIOS**:

- ✓ A **Ciência**, a **Técnica** e o **Conhecimento** e a **participação da sociedade** são base para a **tomada de decisões**.
- ✓ A **Sustentabilidade é eixo condutor** das políticas, programas e ações.
- ✓ A **equidade**, a **dignidade** e a **inclusão** são **elementos chave** para a mobilidade urbana sustentável.
- ✓ Há que se estabelecer **objetivos e metas com ousadia**, criatividade e viabilidade.

Itens programáticos a serem considerados no Plano Sanja 2030, na temática **“Mobilidade Sustentável”**.

Medidas de curto prazo (imediatas)

- **Readequação imediata de linhas do Transporte Público Coletivo** com base em análise de dados de origem e destino (amostragem convencional e inteligência artificial) e distribuição populacional atualizada;
- Criação de **linhas estratégicas, interregiões e perimetrais**, para redução do tempo de transporte nos deslocamentos de maior demanda;
- Readequação imediata de grade de horários do Transporte Público Coletivo com base em dados de tráfego e inteligência artificial;
- Desenvolvimento de sistema e aplicativo para acompanhamento em tempo real dos ônibus pelos usuários, visando reduzir e programar os tempos de espera;
- **Reestruturação do programa Calçada Segura**, para melhorar o transporte pedonal (a pé) e permitir a acessibilidade em todas as regiões da cidade, com priorização nas regiões onde há mais usuários;

- Desenvolvimento de aplicativo para interação com a população acerca de problemas de mobilidade. Uma primeira chamada para solução é a dos problemas com descontinuidade de trajetos em calçadas, ciclofaixas e ciclovias;
- Realizar pequenas obras, pela URBAM, de rebaixamento de guias, pintura de faixas específicas e continuidade de trajetos, que não impliquem novos projetos de engenharia e não demandem licitação;
- Revisar o posicionamento das faixas de pedestres em todo o município, de acordo com regras e estudos oficiais;
- Restaurar e adequar a totalidade das faixas de pedestre, após revisão;
- Lançar **programa abrangente de respeito e empatia no trânsito**, dirigido a toda a população, desde os que se deslocam a pé, de bicicleta, de motocicleta, de automóvel, em veículos de serviço, de ônibus, e também aos condutores, de modo geral, e de forma segmentada, mais assertiva. O objetivo geral é melhorar a mobilidade, aumentar a empatia e reduzir acidentes e mortes no transporte urbano: uma campanha de civilidade e segurança. Esta campanha teria dois momentos: um primeiro, festivo, informativo, de conscientização, e um segundo, de fiscalização efetiva e exemplar. Meta: **reduzir a taxa de mortalidade no trânsito** para 3 óbitos/ano a cada 100.000 habitantes, que nos colocaria no patamar de cidades mais avançadas no mundo. Hoje o número de São José dos Campos é da ordem de 12 óbitos/ano, uma taxa 4 vezes maior.
- Revisão técnica das **velocidades das vias**, considerando a multimodalidade e a segurança viária;
- Lançamento do **Programa Caminho Seguro**, voltado para a segurança das crianças a caminho da escola, de modo abrangente, incluindo escolas públicas e privadas. A GCM é parte importante no processo, mas também um grupo de voluntários a serem selecionados na sociedade. A campanha é direcionada às escolas,

aos pais, alunos, professores, agentes policiais (Ronda Escolar) e agentes de trânsito. O objetivo é incentivar que os escolares façam o trajeto de casa até a escola a pé. Isso garantiria uma redução significativa de veículos em horários de pico circulando em regiões de maior concentração escolar;

- Criação de um grupo técnico de estudos, no âmbito do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana, para análise de alternativas de transporte público. O GT seria criado imediatamente e teria alguns documentos base para análise, com prazo de 6 meses para apresentar uma proposta abrangente. Dentre os elementos a discutir estariam: i) a proposta de uma organização troncal com alimentadores multimodais (estudo pré-existente: FGV, 2019); ii) a **possibilidade de VLT em alguns troncos**; iii) possibilidade de **monotrilhos** ou similar em alguns **ramais secundários especiais** (ex.: PIT); iv) o potencial de *mobility as a service (maas)* na alimentação em alguns setores, com organização de cooperativas locais; v) a navegação no **Paraíba do Sul como eixo de transporte** (conectando zona norte à oeste).

Medidas de médio e longo prazos

- Estabelecimento de acordo de cooperação técnica com instituições de P&D no município, com conhecimento na área de mobilidade urbana e suas interfaces, para a elaboração de estudos para implantação de esquemas de **Tarifação Reduzida ou Tarifa Zero**. A solução subsidiará análise pelo Conselho Municipal de Mobilidade Urbana. Municípios têm adotado o conceito como forma de incentivar o uso do transporte coletivo, reduzir o tráfego e contribuir para a inclusão social e melhoria da poluição, mas a solução deve ser analisada caso a caso;
- Estabelecimento de acordo de cooperação técnica com instituições de P&D no município, com conhecimento na área de mobilidade urbana e suas interfaces, para a elaboração de estudos, simulações

- e um projeto executivo para implantação da solução validada no Conselho Municipal de Mobilidade Urbana;
- Estabelecimento de acordo de cooperação técnica com instituições de P&D no município, com conhecimento na área de Engenharia para o desenvolvimento de um **protótipo de embarcação** de médio porte (10-15 passageiros) adaptada para **navegação no rio Paraíba do Sul** e uso na mobilidade urbana no município;
 - Ampliação do uso de **ciência de dados (integração com a Secretaria de Inteligência e Estratégia)** para o estudo dos padrões de tráfego na cidade de São José dos Campos, visando a adoção de soluções operacionais instantâneas. Isso inclui, por exemplo, a identificação de acidentes por meio de vigilância contínua, que podem levar a gargalos; semaforização inteligente e sistemas efetivos de ondas verdes, para maior fluidez do trânsito;

Características adicionais do sistema de mobilidade urbana sustentável

- A utilização de **energia renovável, especialmente solar, hidrogênio ou biomassa**, combinada com **eletrificação da frota do transporte público** é importante passo na transição energética e deve ser considerada nos estudos e simulações a serem realizados para o novo modelo em SJC;
- Implantação de Terminais ou **Arenas Multimodais** – Locais onde diferentes modos de transporte, como ônibus, bicicletas, pedestres, patinetes se encontram e é possível fazer transbordo intermodais. É preciso prever estas áreas no Plano Diretor do município, para que estas possam ser organizadoras do espaço urbano e promotoras de desenvolvimento;
- Ônibus e vagões (VLT) com suporte para patinetes e bicicletas, de forma a ampliar a integração multimodal;
- Parques de Bicicletas - *Hubs* que combinam estacionamento seguro para bicicletas com fácil acesso ao transporte público,

- incentivando o uso de bicicletas como meio de transporte complementar;
- Aperfeiçoamento dos Corredores Exclusivos e Faixas de Ônibus para que os veículos do transporte público circulem com menos interferência do trânsito comum, reduzindo atrasos e aumentando a velocidade média das viagens;
 - Integração Tarifária e Cartões de Integração – o novo modelo a ser implantado deve considerar a integração tarifária para todas as modalidades e permitindo embarques e acessos mais rápidos;
 - **Tecnologia e Informação em Tempo Real** - implementação de sistemas de GPS nos ônibus e aplicativos que fornecem informações em tempo real sobre horários e localização dos veículos ajuda os passageiros a planejar melhor suas viagens;
 - Sistema de Transporte Coletivo Complementar – integração por vans e micro-ônibus para atender áreas de difícil acesso e bairros distantes, complementando o serviço de transporte troncal e secundário;
 - Priorização semafórica - A instalação de sistemas de priorização de sinais de trânsito que dão preferência aos ônibus nos cruzamentos ajuda a reduzir o tempo de viagem;
 - Paradas e Estações Otimizadas - Paradas melhor projetadas, com informações claras e em tempo real de linhas e tempos de chegada e abrigo adequado;
 - Coleta e **Apropriação de Dados** – Independente do sistema e soluções adotadas e do regime de operação, público ou privado, é fundamental que o **poder público tenha total domínio** da obtenção, tratamento e análise **dos dados gerados na operação dos sistemas de mobilidade**, de forma a guardar para si a prerrogativa dos estudos e avaliação sistemática do sistema;

Esta lista de itens programáticos é uma primeira versão, para que a sociedade possa conhecer, criticar, comentar e sugerir novos itens. Participe você também!

Vamos juntos!

**Compartilhe nas redes.
Contribua com suas ideias
para São José dos Campos.**

@wilsoncabral_prof
www.wilsoncabral.info





CAMINHOS
E SOLUÇÕES
PRELIMINARES
PARA SÃO JOSÉ
DOS CAMPOS

CADERNO 06 DE 12

Habitação e Política Fundiária

PROFESSOR WILSON CABRAL | 2024

PLANO SANJA 2030

HABITAÇÃO E POLÍTICA FUNDIÁRIA

WWW.WILSONCABRAL.INFO

[@WILSONCABRAL_PROF](#)



Para **resolver** os desafios de hoje e **planejar** a cidade que desejamos para bem viver, vamos idealizar propostas com a participação da população joseense e a visão de especialistas.

Diagnóstico

Habitar é “o ponto de partida para a garantia de todos os direitos fundamentais” MPSP, 2020

O déficit habitacional é um problema que envolve diferentes fatores, como a ausência absoluta de teto, a inadequação das moradias existentes, a coabitação familiar, o adensamento excessivo em domicílios alugados, entre outros. São José dos Campos é um município com déficit habitacional persistente. Este déficit, que chegou a atingir cerca de 15.000 famílias em 2010, vinha sendo reduzido, com a atuação conjunta de programas do governo federal (Minha Casa Minha Vida) e estadual (CDHU). No entanto, após 2018, a fila de famílias em busca de moradia voltou a aumentar. Atualmente, a lista oficial de pessoas com carência de habitação no município tem 5.458 cadastrados, que respondem cada uma por um núcleo familiar. Estima-se, portanto, uma quantidade de cerca de 20.000 pessoas sem habitação, vivendo em situações precárias. Por outro lado, há na cidade cerca de 25.000 imóveis vazios, de acordo com o Censo 2022 (IBGE), o que demonstra que o déficit não é estrutural. Parte destes imóveis poderiam se tornar solução para o déficit, em um ambiente regulatório mais abrangente.

Os relatos abaixo são trechos do trabalho realizado pela Eng. Cíntia Maria Velloso (Arq.Urb, 2019), sobre o Programa Minha Casa Minha Vida em São José dos Campos.

“A M. veio lá da Comunidade do Sapê, depois que mudou pra cá passou muitas dificuldades financeiras, pois vivia de coleta e venda de reciclagem, mas por não poder mais guardar seu material, agora ela e o marido estão desempregados. Pra sobreviver começou a vender

*mandioca, enquanto o marido tenta arrumar algum emprego, ou coletar algum material reciclável. Deixava muitas vezes seu filho de 04 anos sozinho. E que por isso tem sido acompanhada pelo conselho tutelar pelas questões de negligência com a criança. Não aguentou muito tempo essa vida, quando teve a oportunidade de ir embora, vendeu seu apartamento e foi morar de favor no fundo da casa da sogra. **Sabe, uma coisa que desanima as famílias é o custo de vida, ficou muito caro morar ali dentro. E o pior, isso é pra sempre, não é igual a prestação que um dia acaba, o condomínio é pra sempre.*** (Relato do **síndico** do condomínio do PMCMV, onde morava M.)

“Porém, cabe destacar que a inadimplência não é uma condição somente dos moradores da área de risco, mas para todas as famílias do condomínio que passam por alguma crise financeira, mesmo que momentânea. A moradora buscou o atendimento social pra tentar conseguir algum apoio assistencial. Falou que estava passando por um problema grave de saúde e que não podia trabalhar, atualmente estava vivendo com somente R\$400,00 do Bolsa Família, pra ela e seus dois filhos. Não tinha condição de pagar as dívidas. Tentou negociar várias vezes o condomínio, mas nunca conseguia cumprir os acordos. Ela disse que sabe que está a ponto de perder o apartamento, porque deve muitos meses pra CAIXA. Está tentando negociar com alguém pra alugar o apartamento, nem que for só pra pagar a prestação e ter um dinheirinho a mais. Enquanto isso vai voltar pra casa da mãe, até que melhore de saúde e volte a trabalhar. Disse que gosta daqui e quando der vai voltar.” (Relato da assistente social sobre uma moradora que alugou o apartamento do MCMV para onde tinha sido alocada).

“A família da Dona J. era grande, lá morava ela, a sogra, o marido e os quatro filhos. No começo até se deu um jeito. Ela fez da sala mais um quarto e ali jogava uns colchões à noite. Mas isso não durou muito tempo, logo um dos filhos mais velho foi morar com a mãe da Dona J., que vivia lá no Banhado, na favela de onde eles vieram. Ela sempre reclamava de ter deixado a Prefeitura demolir sua casa lá. Dizia que a casa não era bonita como o apartamento, mas era mais espaçosa e sempre tinha a chance de fazer um puxadinho aqui e outro ali, e assim ia aumentando o tamanho. Agora que o filho tá trabalhando, disse que vai construir outro barraco lá. Começar aos pouquinhos, quem sabe não volta pra lá (...)” (Moradora do Colônia Paraíso II).

O que se vê é que, para além de uma visão meramente quantitativa, de suprir “n” habitações para reduzir ou zerar a fila de famílias sem moradia adequada, é preciso que os programas contemplem uma série de outros elementos e princípios, para que soluções sejam efetivas.

No caso dos empreendimentos do programa MCMV em São José dos Campos, analisados no trabalho de Velloso (2019), cerca de 30% das unidades habitacionais foram abandonadas ou incorreram em irregularidades, como o repasse a terceiros. A maior parte destes casos ocorreram com moradores que foram retirados de áreas de risco, fato que merece uma análise para novas iniciativas de política habitacional.

De acordo com Velloso (2019), foi possível concluir que alguns resultados apresentados possuem ligação direta com as causas que tornaram a permanência nos condomínios um grande peso emocional, social e financeiro:

- A origem das famílias;
- Maior parte dos moradores na faixa etária economicamente ativa;

- Elevado índice de desemprego;
- Moradores com baixa renda familiar;
- Baixo índice educacional dos moradores.

O terceiro depoimento (acima) faz uma ponte com um outro problema que vem se ampliando em São José dos Campos, diante da inação do poder público municipal: as ocupações não regularizadas.

No depoimento é destacado o caso de uma ex-moradora do Banhado, cuja família foi contemplada num programa de habitação (Colônia Paraíso II), mas que, diante das condições insuficientes, inclusive de espaço, teve parte da família retornando à comunidade na região central da cidade. A ex-moradora, por fim, lamenta ter deixado o Banhado e diz que pretende voltar.

A Defensoria Pública estima em cerca de 200 os núcleos populacionais não regularizados em São José dos Campos, dentre eles a comunidade do Banhado. São milhares de pessoas e boa parte delas não está representada no cadastro da Prefeitura, somando-se à demanda represada de habitação no município.

O depoimento sobre o retorno ao Banhado ilustra uma situação recorrente: o retorno de pessoas atendidas por um programa de habitação (e contabilizadas neste contexto) à sua condição de origem, de risco ou moradia precária, passando a representar um desvio na estatística da solução.

A este montante, devem ser somados os moradores em situação de rua, cujo registro é complexo, para fins de cômputo do déficit habitacional. Neste contexto, o Ministério Público (MPPR 01/2014) aponta carências da metodologia utilizada para o levantamento do déficit: (i) sua realização decenal, o que inviabiliza ações de mais curto prazo; (ii) a ausência de informações sobre situações de irregularidade fundiária; (iii) subdimensionamento do número de assentamentos precários (setores subnormais); (iv) falta de

informações acerca das inadequações habitacionais em áreas rurais; e (v) diferença entre os parâmetros de classificação e identificação utilizados pelo Município e pelos órgãos dos governos estadual e federal.

O diagnóstico da política habitacional de São José dos Campos mostra que, apesar dos marcos regulatórios estabelecidos, a cidade ainda enfrenta desafios significativos no que diz respeito ao déficit habitacional e à qualidade da moradia para populações de mais baixa renda. É preciso ação imediata e articulação entre planejamento urbano e políticas sociais para garantir a oferta de moradia digna para toda a população.

Itens programáticos a serem considerados no Plano Sanja 2030, na temática **“Habitação e Política Fundiária”**.

- Adesão definitiva ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SHNIS) – O município está com situação “pendente” no cadastro do SHNIS;
- Acelerar a regularização fundiária no município, resguardando os ritos legais e as questões de áreas de risco, e investimento em planos de urbanização para as áreas regularizadas. Ex.: caso do Banhado.
- Realização de Censo de População em situação de rua e cadastramento destes para fins de demanda habitacional;
- Readequação do Conselho Municipal de Habitação (COMHIS) e Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação (CGFMH), para uma gestão participativa e democrática pela sociedade, garantindo maioria de assentos para a representação social e garantida a destinação de ¼ das vagas a representantes dos movimentos populares de habitação social no município;
- Atualização do cálculo de seu déficit habitacional, com acompanhamento do COMHIS e ampla publicidade da metodologia utilizada;
- Estabelecimento de um núcleo de trabalho, na futura Secretaria de Inteligência e Estratégia, para acompanhar e analisar o crescimento populacional, necessidades habitacionais, custos para a produção da habitação e mercado de terras;
- Criação do Programa de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS);
- Revisão do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, com efetiva participação pública e referendo junto ao COMHIS;
- Estruturação da Política Municipal de Regularização Fundiária Urbana, com mapeamento e atualização dos núcleos urbanos não regularizados e caracterização de todos estes núcleos;

PLANO SANJA 2030

HABITAÇÃO E POLÍTICA FUNDIÁRIA

WWW.WILSONCABRAL.INFO

[@WILSONCABRAL_PROF](#)



- Estabelecer ambiente regulatório para lançar mão dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade de maneira efetiva: ZEIS, IPTU progressivo, PEUC, preempção;
- Estabelecer acordo de cooperação técnica com instituições no município com vistas ao dimensionamento da demanda de terras para as necessidades habitacionais do município, considerando vazios urbanos e áreas propensas a adensamento, conforme Plano Diretor.

Esta lista de itens programáticos é uma primeira versão, para que a sociedade possa conhecer, criticar, comentar e sugerir novos itens. Participe você também!

Vamos juntos!

Compartilhe nas redes.
Contribua com suas ideias
para São José dos Campos.

@wilsoncabral_prof
www.wilsoncabral.info

